

HABEAS CORPUS Nº 569.810 - RJ (2020/0077406-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : LETÍCIA CARVALHO VIEIRA
ADVOGADO : LETÍCIA CARVALHO VIEIRA - RJ198025
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ALEXANDRE DA SILVA LINO (PRESO)
PACIENTE : ANDRE LUIZ DOS SANTOS GUEDES (PRESO)
PACIENTE : VICTOR FELIX ROSA DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : LEANDRO DOS REIS LEMOS (PRESO)
PACIENTE : MARCELO DE OLIVEIRA SINFLORIO (PRESO)
PACIENTE : ANDRE MIRAGLIA MOURA (PRESO)
PACIENTE : ANTONIO ARIOSAN COSTA ARAUJO (PRESO)
PACIENTE : IGOR DA COSTA PEREIRA DRUMOND (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALEXANDRE DA SILVA LINO, ANDRE LUIZ DOS SANTOS GUEDES, VICTOR FELIX ROSA DA SILVA, LEANDRO DOS REIS LEMOS, MARCELO DE OLIVEIRA SINFLORIO, ANDRE MIRAGLIA MOURA, ANTONIO ARIOSAN COSTA ARAUJO e IGOR DA COSTA PEREIRA DRUMOND contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferido no Recurso em Sentido Estrito n.º 0225304-48.2019.8.19.0001.

Consta dos autos que os Pacientes foram denunciados nos seguintes termos (fl. 33):

"Estão os denunciados R. LEMOS e DRUMOND incursos nas penas do artigo 242, § 3º, c/c artigo 70, inciso II, alíneas (g) e (I), todos do Código Penal Militar.

Estão os denunciados LINO, SINFLÓRIO, ROSA, ANDRÉ, ARAÚJO e MIRAGLIA incursos nas penas do artigo 242, § 3º, c/c artigo 53, caput, c/c artigo 70, inciso II, alíneas (g) e (I), todos do Código Penal Militar."

O Juízo de primeira instância recebeu a denúncia e decretou a prisão preventiva dos Pacientes em 05/09/2018.

Em 12/07/2019, a Magistrada processante revogou a prisão preventiva do Pacientes e de outros corréus, e fixou medidas cautelares diversas.

Inconformado, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito, que foi provido pelo Tribunal de origem, em 18/02/2020, confirmando medida liminar

deferida, em 27/11/2019, para decretar a prisão preventiva dos Pacientes.

Neste *writ*, a Impetrante sustenta, em suma, que: a) não há prova da autoria e materialidade dos crimes imputados aos Pacientes; b) são ilícitas as provas acostadas aos autos; c) há nulidade em razão de não observância de prevenção do feito a outra Câmara do Tribunal de origem; d) não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva; e) há violação ao princípio da isonomia, em razão da não extensão de benefício de revogação da prisão concedido a corréus; e f) é cabível a concessão de prisão domiciliar, em razão da Recomendação n.º 62/2020 do CNJ.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com expedição de alvará de soltura em favor dos Pacientes ou, subsidiariamente, a fixação de medidas cautelares diversas ou, ainda, a substituição da custódia por prisão domiciliar.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o Tribunal de origem, ao dar provimento ao recurso ministerial, *in verbis* (fls. 42-47; sem grifos no original):

"[...]

Assiste razão ao Parquet.

Os ora recorridos foram denunciados nos seguintes termos:

'No dia 14 de maio de 2017, por volta das 05:00, na Rua Itapiru, comunidade da Coroa, nesta comarca, em plena via pública, na altura do n.º 484, Auto Posto BANDEIRA BRANCA, os denunciados R. LEMOS e DRUMOND, com vontade livre e consciente, em comunhão de ações e desígnios com os denunciados LINO, SINFLÓRIO, ROSA, ANDRÉ, ARAÚJO e MIRAGLIA, com violação de dever inerente ao cargo e estando de serviço, subtraíram para si ou para outrem coisa alheia móvel, qual seja, uma arma longa (fuzil) que se encontrava na posse de FRANCISCO GLAUBER DE SOUZA, vulgo 'GB' e RAPHAEL SANTIAGO RODRIGUES DOS SANTOS, vulgo 'CANJICA', mediante o emprego de violência consubstanciada em disparos de arma de fogo.

Para a prática do Roubo, os denunciados R. LEMOS e DRUMOND ocasionaram dolosamente a morte dos referidos FRANCISCO GLAUBER DE SOUZA e RAPHAEL SANTIAGO RODRIGUES DOS SANTOS, causando-lhes as lesões descritas nos AECs de fls. 50/51 e 68/69, respectivamente, que por sua natureza, sede e extensão foram a causa eficiente da

morte das vítimas.

Os denunciados LINO, SINFLÓRIO, ROSA, ANDRÉ, ARAÚJO e MIRAGLIA com vontade livre e consciente, concorreram eficazmente para o crime ajustando-o previamente com os denunciados R. LEMOS e DRUMOND, estando presentes, de forma encorajadora, no local do fato e fornecendo aos autores superioridade numérica e de meios e recursos.

O denunciado FRUGONI, com vontade livre e consciente, valendo-se da sua condição de Comandante da 2a UPP/5º e visando garantir o sucesso da atuação criminosa da Quadrilha descrita a seguir, deliberadamente se omitiu no dever de vigilância sobre as ações de seus comandados, enfraqueceu os mecanismos de controle administrativo e correccional da atividade policial militar, criando, assim, o risco da superveniência do resultado acima descrito, qual seja, a subtração do fuzil.

O denunciado IAGO, com vontade livre e consciente, por seu comportamento anterior, qual seja, exercendo a função de Subcomandante Operacional da 2a UPP/5º BPM, auxiliando o denunciado FRUGONI na garantia do sucesso da atuação criminosa da Quadrilha descrita a seguir, deliberadamente enfraqueceu os mecanismos de controle administrativo e correccional da atividade policial militar, criando, assim, o risco da superveniência do resultado acima descrito, qual seja, a subtração do fuzil.

Na ocasião os denunciados R. LEMOS, DRUMOND, LINO e SINFLÓRIO, guarnição do GTPP da 28UPP/5º BPM, deslocaram-se na VTR 54-7163 - conduzida pelo denunciado ROSA - para a esquina da Rua Itapiru com a Rua Dr. Agra, supostamente em cumprimento a OPOL 072/2017 (A REP HZ), em que se determina "atuar preventivamente e repressivamente intensificando o policiamento na área da UPP Coroa/Fallet/Fogueteiro, inibindo a atuação do tráfico e possíveis elementos que possam estar armados". Acompanhando os denunciados acima na VTR 547229 (chamada VTR COMANDO para qual não se confeccionou a devida ficha de circulação) estavam os denunciados ANDRÉ ARAÚJO e MIRAGLIA.

Ao chegarem à Rua Itapiru, os denunciados R. LEMOS e DRUMOND, visando a obtenção de vantagem ilícita, prepararam emboscada contra eventuais elementos criminosos, posicionando-se um deles na parte superior do muro de uma residência e efetuando os disparos de arma de fogo contra as vítimas FRANCISCO GLÁLBER e RAPHAEL SANTIAGO, conforme demonstra o Relatório Pericial DEDIT-RP-2017-90 (fls. 314/344). Os denunciados LINO, SINFLÓRIO, ROSA, ANDRÉ, ARAÚJO e MIRAGLIA permaneceram dando cobertura a ambos.

Após abaterem as vítimas, subtraíram a referida arma

longa, e removerem os cadáveres, os denunciados R. LEMOS e DRUMOND apresentaram a ocorrência na DH-Barra, onde foi lavrado o referido RO nº 901-00674/2017, nele constando a apresentação de uma pistola calibre .40, uma pistola GLOCK 9mm, três cadernos de contabilidade do tráfico de drogas, um rádio transmissor, dois porta-carregadores, um coldre, R\$ 340,50 em espécie, 280 saquinhos contendo pó branco assemelhado a Cocaína e sete saquinhos contendo erva seca picada assemelhada a Maconha.

(...)

Estão os denunciados R. LEMOS e DRUMOND incurso nas penas do artigo 242, §3º, c/c artigo 70, inciso II, alíneas (g) e (I), todos do Código Penal Militar.

Estão os denunciados LINO, SINFLÓRIO, ROSA, ANDRÉ, ARAÚJO e MIRAGLIA incurso nas penas do artigo 242, §3º, c/c artigo 53, caput, c/c artigo 70, inciso II, alíneas (g) e (I), todos do Código Penal Militar” (Doc. 000030).

[...]

Com efeito, imputa-se aos ora recorridos, policiais militares, a prática de crime previsto no artigo 242, §3º, do Código Penal Militar, em relação ao qual há indícios suficientes de materialidade e autoria, restando evidenciado o fumus comissi delicti, bem como, o periculum in libertatis.

Frise-se que, para a decretação da prisão preventiva, não se exige a certeza da autoria, mas apenas prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, o que foi atestado pelas mencionadas imagens das câmeras.

Na presente hipótese, os policiais militares, em tese, utilizaram-se da função pública e de patrimônio público na conduta delituosa, vulnerando duplamente a sociedade, já tão assolada com a crise financeira e da segurança pública.

Anote-se que, a inicial acusatória aponta que os acusados, no exercício da função pública e vinculados à Unidade de Polícia Pacificadora, teriam executado dois indivíduos ligados ao tráfico ilícito de drogas e subtraído uma arma longa, que fora arrecadada na ação, comunicando o fato à Delegacia de Polícia como Auto de Resistência.

E, ainda, não obstante as medidas cautelares impostas pelo Juízo de primeiro grau, certo é que a liberdade concedida aos acusados possibilita o retorno à atividade ilícita, além de comprometer os princípios da hierarquia e disciplina exigidos na carreira militar.

Ante o exposto, voto pelo PROVIMENTO DO RECURSO, para confirmar a liminar deferida e decretar a prisão preventiva dos ora recorridos, nos termos do artigo 312, do Código de Processo Penal, expedindo-se mandados de prisão no Juízo de origem.”

Vê-se que ficou consignada a gravidade concreta da conduta imputada aos Pacientes, os quais *"no exercício da função pública e vinculados à Unidade de Polícia*

Pacíficadora, teriam executado dois indivíduos ligados ao tráfico ilícito de drogas e subtraído uma arma longa, que fora arrecadada na ação".

Tais circunstâncias denotam a potencial periculosidade dos agentes, a justificar a segregação cautelar como garantia da ordem pública. Não há falar, desse modo, ao menos por ora, em revogação da prisão preventiva.

Destaque-se, ainda, que, por demandar revolvimento de matéria fático-probatória, a via estreita do *habeas corpus*, ou do recurso que lhe faça as vezes, não é adequada para examinar teses sobre ausência de provas ou sobre falta de indícios suficientes de autoria e de materialidade delitiva.

Quanto às demais matérias, verifica-se que não foram apreciadas pelo Tribunal de origem, de modo que esta Corte Superior não pode se manifestar originariamente sobre as questões, sob pena de supressão de instância.

Ressalte-se que, especificamente quanto à Recomendação n.º 62/2020 do CNJ, o Juízo competente para análise da possibilidade de flexibilizar a prisão visando preservar a saúde do preso é o Juízo responsável pela decretação da prisão, sobretudo no caso, em que não foi comprovado o real e atual estado de saúde dos Pacientes, tampouco as condições do estabelecimento prisional em que se encontram.

Conclui-se, assim, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau, notadamente sobre a tramitação do processo-crime e a situação prisional dos Pacientes, devendo encaminhar a chave de acesso para consulta dos andamentos processuais.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora